

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS PARA AS MULHERES - CMDM

LISTA DE PRESENÇA – Reunião Ordinária (24/11/2021)

Cristina Maria Torres Vieira	Titular	VIRTUAL
Rosângela Monteiro Caltabiano	Suplente	
Andreia Aparecida de Oliveira Soares	Titular	
Elaine Bueno	Suplente	
Denise do Amaral Lemos de Paula Santos	Titular	<i>Denise A. Santos</i>
Dora Lucia Soares dos Santos	Suplente	
Luciana Taques Bittencourt Ortiz	Titular	<i>Luciana Taques</i>
Flávia Guerra Gomes	Suplente	<i>Flávia Guerra</i>
Ana de Sousa Guerra Gomes	Titular	<i>Ana de Sousa</i>
Vanderleia de Paula e Silva Ribeiro	Suplente	<i>Vanderleia de Paula</i>
Talita Gonçalves Moreira	Titular	<i>Talita Gonçalves</i>
Katia Aparecida de Almeida Barbosa Batista	Suplente	
Abelim Aparecida Bettoni	Titular	<i>Abelim Bettoni</i>
Lucia Regina	Suplente	
Thaís Macedo de Souza	Titular	<i>Thaís Macedo</i>
Andréa Évora Soliva	Suplente	
Rafaella Nicolli Carelli Reis Giffoni	Titular	
Eliane Teodoro Gessario Moreira	Suplente	
Maria do Socorro Moreira Resende	Titular	
Elaine Cristina Pires	Suplente	
Ana Maria Pelucio de Andrade Almada	Titular	VIRTUAL
Letícia Maria Ferreira Pará	Suplente	
Heloisa Helena Bazarelli Pereira	Titular	
Jucely Lemes Barbosa Junqueira	Suplente	VIRTUAL
Aline Carla Damásio dos Santos	Titular	
Soraya Regina Souza Filippo Fernandes	Suplente	
Ana Cristina Viviane Guimarães	Titular	VIRTUAL
Gabriela Tobar Borges	Suplente	
Ana Paula Galvão Rosa	Titular	<i>Ana Paula Galvão Rosa</i>
Neide Maria Ribeiro Frois	Suplente	

**ATA DA 5º ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DIREITOS PARA AS MULHERES GUARATINGUETÁ - 24/11/2021**

Aos vinte e quatro do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, com início às dezessete horas, na Assessoria Municipal da Mulher e Cidadania, na Rua Sete de Setembro, 69 – Centro e também pelo Google Meet em consideração às conselheiras que não puderam estar presentes devido à pandemia do COVID-19, para que pudessem participar virtualmente e respeitando as normas da vigilância sanitária, após atingir o quórum mínimo, realizou-se a 5º Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Direitos para as Mulheres, presidida por Ana Paula Galvão Rosa. Tomando a palavra a 2º Secretária, Thaís Macedo, informou que não seria feita a ata da reunião anterior, ela seria enviada para a aprovação das conselheiras e publicada, para otimizar o tempo.

A primeira pauta foi o Workshop CMDM: Finalidades & Competências, ministrado pela conselheira Flávia Guerra. A conselheira lembrou que um conselho tem as funções: consultivas, normativas, deliberativas e fiscalizadora. No entender da Flavia, o CMDM ainda não estava atuando apropriadamente para exercer a função para o qual foi criado, já que não sabemos quais programas e legislações existem para as mulheres da cidade. Reforçou a importância de conhecermos as propostas e projetos para fiscalizarmos o seu funcionamento, sugerirmos melhorias e acompanharmos o desenvolvimento dos mesmos. Reforçou também que o CMDM não tem entre suas funções organizar eventos ou ações de arrecadações, já que o CMDM é para discussão de políticas públicas e não pode

fazer o papel da Assistência Social. Deve cobrar que o poder público faça o seu papel. Também frisou que não podemos fazer "atendimentos" às mulheres, já que sem a preparação e abordagem adequadas, podemos revitimizar a mulher, sendo mais prejudicial à situação. Lembrou que o CMDM é um representante de todas as mulheres e que precisa ouvi-las, levar suas demandas adiante e assegurar que elas tenham acessos às políticas públicas. Flavia destacou que ainda não há planejamento para o próximo ano e que isso dever ser trabalhado o quanto antes. Incentivou as conselheiras a trazerem demandas da população, propostas de projetos e atualizações sobre as conquistas das mulheres na cidade. Por fim, lembrou que o papel da conselheira não é remunerado, mas é um cargo público, portanto o trabalho, a presença e participação fazem parte das funções da conselheira. A vice presidente Ana Paula pediu que as conselheiras lessem o Regimento Interno, principalmente a parte onde estão definidas as competências do CMDM. A conselheira Talita Gonçalves lembrou quando foi convidada a um evento e foi solicitada que falasse em nome do CMDM e a importância que a leitura do Regimento para estes momentos, pois ele prepara para que as conselheiras saibam explicar o papel do CMDM. A conselheira Thaís Macedo destacou que as Secretarias que foram oficiadas para indicar representantes, responderam através de ofício, portanto estavam cientes da liberação das servidoras para participar das reuniões do CMDM. Assim como as entidades que indicaram suas representantes. A conselheira Ana Maria Almada informou que as sessões de Câmara são transmitidas virtualmente e que podemos acompanhar as votações, para estarmos atualizadas sobre os projetos que beneficiem as mulheres. Além da verificação do diário oficial do município. A conselheira Denise do Amaral pediu que fosse feito um ofício para o Secretário

CMDM

Conselho Municipal de
Direitos para Mulheres



de Assistência Social Marcos Evangelista questionando quais políticas públicas são aplicadas na cidade pela pasta. Todas concordaram.

A segunda pauta foi sobre o Fundo Municipal e o orçamento do CMDM. As conselheiras, Ana Paula e Denise, se reuniram com o Secretário de Assistência Social Marcos Evangelista para entender o processo de criação e acesso ao orçamento do CMDM. Ana Paula informou que o Fundo estava previsto na lei de criação do CMDM, o que agiliza o processo. Em seguida, o CMDM precisa pedir um decreto regulamentando o Fundo. Após a publicação do decreto, é necessário criar um CNPJ para a abertura de uma conta em nome do CMDM. E só então o CMDM poderia receber doações, estabelecer parcerias público-privado. A conta estará vinculada à Assistência Social, mas o CMDM definirá como a verba será utilizada. O secretário Marcos Evangelista iria redigir o documento (decreto) e em seguida enviaria para aprovação do CMDM. Todo o processo levaria em média 3 meses.

A conselheira Ana Guerra questionou sobre a Lei 5000/2019 que prevê auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência. Thaís Macedo explicou que a lei foi aprovada em 2019, mas não havia sido regulamentada porque não estava clara sobre a origem da verba. A lei foi rediscutida pelo vereador Pedro Sannini, pela Assessora da Mulher Thaís Macedo, pelo Secretário de Assistência Social, Marcos Evangelista e pelo Prefeito Marcus Soliva e vai voltar para aprovação na Câmara Municipal. O CMDM concordou em pressionar a Câmara para aprovação da lei assim que ela entrar em pauta.

As conselheiras levantaram a opção de que as próprias representantes das secretarias apresentem as ações da respectiva pasta para o CMDM. Thaís

CMDM

Conselho Municipal de
Direitos para Mulheres



Macedo explicou sobre o projeto da Casa da Mulher em Guaratinguetá. Uma unidade ligada à Secretaria de Assistência Social que prestará atendimento às vítimas de violência, trabalho atualmente feito pelo CREAS. Em breve, o trabalho será desvinculado da unidade do CREAS e será unificado nesta casa.

A terceira pauta foi a saída da SIMESUG do CMDM. As conselheiras demonstraram interesse em reduzir o número de cadeiras no CMDM, porém a alteração deverá ser na lei de criação do CMDM (5.135/2019). Por unanimidade, as conselheiras deliberaram pela redução no número de cadeiras do CMDM e a questão será tratada pela comissão de Legislação.

Último item da pauta foi o evento Natal com Elas. Um documento foi enviado para as conselheiras descrevendo o evento: um café da tarde com entidades que fazem trabalhos sociais com as mulheres na cidade, na Fazenda Esperança. Uma oportunidade de apresentar o CMDM, ajudar a Fazenda com a arrecadação da taxa do café e, por fim, um desfile do Ateliê Esperança. Por unanimidade, o evento foi aprovado.

Em seguida, a vice presidente Ana Paula Galvão encerrou a reunião.

Eu, Thaís Macedo de Souza, lavrei esta ATA para registro.

Thaís Macedo de Souza

Ana Paula Galvão Rosa